

Symbolon IV

MEDO E ESPERANÇA

Em...

Ésquilo

Tucídides

Plutarco

Séneca

Santo Agostinho

Carlos de la Rica

editado por

BELMIRO FERNANDES PEREIRA

ANA FERREIRA

PORTO 2014

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: SYMBOLON IV – MEDO E ESPERANÇA

ORGANIZAÇÃO: BELMIRO FERNANDES PEREIRA E ANA FERREIRA

EDIÇÃO: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ANO DE EDIÇÃO: 2014

COLECÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

TIRAGEM: 150 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 311011/10

ISSN: 1646-1525

ISBN: 978-989-8648-37-2

Medo e esperança em Tucídides: Dois factores dinâmicos de progresso e de história

Apesar de medo e de esperança serem factores subjectivos do fluir histórico, difíceis de captar através de testemunhos ou fontes, ou de quantificar em números – com a objectividade por que pugna o autor da *História da Guerra do Peloponeso* –, entram na lista dos pressupostos que o talento crítico de Tucídides e a sua capacidade dedutiva arrancam dos factos ou das circunstâncias conhecidas. São, portanto, entre outros, critérios de análise e de interpretação, que fazem do historiador ateniense um analista criativo e autónomo do fenómeno histórico, aquele que já foi designado por “o inventor da história política”¹. Reconhece V. Hunter (1982: 33): “Não há, na *História*, nenhuma outra emoção tão transversal como o medo. Numa qualquer combinatória com o poder, o medo está em geral no âmago das experiências colectivas”². A que W. Desmond (2006: 359) acrescenta: “A *História* é, de um certo ângulo, uma meditação sobre o medo – as variedades que apresenta, a sua ubiquidade, potência, ou até necessidade racional”. Porque o quotidiano da Humanidade é perigoso, o medo acompanhou toda a sua evolução, desde os tempos primitivos a outras fases mais sofisticadas da vida em sociedade.

¹ Stahl, *apud* J. Alsina (1970:347).

² J. de Romilly (1956) valoriza também este conceito e abona da sua importância em Tucídides com um levantamento vocabular de resultados expressivos.

O medo surge em Tucídides, logo nos capítulos que compõem a sua “Arqueologia”, como um factor de evolução e de progresso. Do seu ponto de vista, foi esse o sentimento – construtivo – que arrancou as populações da Hélade de um estádio próximo da barbárie e as obrigou a tomar as medidas necessárias, de modo a evoluírem para um outro estádio civilizacional mais avançado. É, portanto, um factor pro-activo, cujo poder o historiador pode abonar em pormenor, ao longo de sucessivas etapas dentro de uma cadeia de causa e consequência. Romilly (1956: 119) encarece a diferença entre *phobos* – “o medo emotivo e irracional, que de repente se apodera da alma e do corpo” – e *déos* – “a apreensão de ordem intelectual, que implica um cálculo em relação ao futuro e a consequente tomada de medidas correctas”. Tomando por base a distinção de sentido estabelecida pela helenista francesa, é óbvio que o receio que impulsiona este percurso civilizacional, identificado com *phobos*, provém de uma reacção espontânea, imposta pela necessidade, desprovida de cálculos ou objectivos consciencializados; assim, as primeiras etapas do progresso são vistas como o resultado de uma contingência ou a resposta intuitiva às necessidades elementares da criatura humana.

Em resultado da própria insegurança, que dominava em território helénico no tempo em que não existiam estruturas sociais ou políticas – na ausência de habitações protegidas ou de comunicações seguras, 1.5.1 –, as populações, obrigadas para satisfação das necessidades básicas a práticas nómadas, foram levadas a uma primeira reacção intuitiva, a de se armarem para enfrentar os riscos. Nessa estagnação primitiva, onde o medo motivou pobreza, isolamento e separatismo social, a tentativa de autoprotecção veio estimular um passo civilizacional importante: a partir dele, uma população basicamente rústica ganhava uma capacidade bélica, relevante no futuro. Em embrião, Tucídides sugeria um dos factores elementares, na sua perspectiva, do evoluir histórico: a implicação do potencial bélico com a estruturação política de cada comunidade, de onde resultará poder e prestígio.

A esta primeira reacção ao medo, ainda individual, seguiu-se outra, desta vez colectiva; se até então cada indivíduo tratava de proteger-se de per si, munindo-se de armas, era agora a colectividade que reagia à insegurança com a protecção de muralhas (1.7.1), imprimindo na Hélade um sentido elementar de sociedade. Com esta iniciativa fomentava-se estabilidade, identidade e coesão, dos

que partilhavam da segurança que uma fortaleza representava, por oposição aos que ficavam fora desses limites, como simples vizinhos ou como inimigos. Só então, abandonado o nomadismo por uma implantação estável, se progrediu para um outro estádio capaz de garantir tranquilidade e resistência. Que a própria geografia urbana da Hélade dependeu do mesmo sentimento é comprovado pela tendência que levou a que os agregados populacionais se implantassem mais no interior e evitassem a orla marítima, por temor das investidas dos piratas.

Sempre ditada pelo medo, sucedeu-se uma inevitável hierarquização política, sujeita a um jogo de dominadores e dominados. Porque Tucídides valoriza, neste preâmbulo arqueológico, a capacidade marítima como o principal factor de progresso e de supremacia, foi esse, do seu ponto de vista, o motivo que determinou o aparecimento de um primeiro foco de poder em Creta, onde Minos, um talassocrata, impôs uma reacção eficaz contra o medo que campeava: o controle do mar e dos piratas que o povoavam. Os mais fracos aceitaram, com o supremo argumento do medo perante o perigo, submeter-se aos mais fortes (1.8.2-3), dando assim origem ao que veio a fazer lei no xadrez político contemporâneo de Tucídides e que o historiador identifica como parte da *physis* política: a supremacia do mais forte. Estavam criadas as condições para o estabelecimento de tratados, alianças ou mesmo para a formação de impérios.

Se, nas ilhas, Minos estabelecia um bastião de resistência e de poder, no continente cabia a Micenas assumir posição equivalente, que se corporizou em Atreu (1.9.2); por temor dos Heraclidas, o povo de Micenas aceitou a autoridade do Pelópida, que lhe parecia “poderoso” e portanto um escudo de protecção eficaz. Ou seja, por um mesmo sentimento – de medo –, surgiam nas ilhas e em terra firme os dois primeiros bastiões de uma sociedade organizada, que a história inscreveu como período creto-micénico, cumprindo-se uma etapa decisiva para o futuro da Grécia.

Iam-se definindo, por vários comportamentos de autodefesa, as condições para um movimento militar e político relevante, em que pela primeira vez a Hélade, como um todo, ensaiou uma campanha de fôlego contra um inimigo comum. A guerra de Tróia impôs-se como paradigma de um processo aglutinador mais amplo, pela mobilização que conseguiu das diversas povoações disseminadas por toda a Grécia. No entanto, para este passo da maior relevância como

embrião de um jogo de alianças políticas pela primeira vez ensaiado entre os Aqueus, Tucídides, racionalizando os dados do mito – o juramento prestado a Tíndaro pelos pretendentes de Helena³ –, insiste no medo como a causa essencial (1.9.3): “Em minha opinião, foi em função da herança que recebeu e por deter, no domínio dos mares, maior força do que os restantes – não por empatia, mas por medo –, que Agamémnon conseguiu reunir aliados para essa expedição”.

Apesar da importância que a guerra de Tróia teve para o futuro político da Grécia, a verdade é que se não aproxima, em importância, do conflito contemporâneo que Tucídides se propõe relatar e comentar. Distinguem-nos, com evidência, os meios envolvidos, o número de forças empenhadas, a competência específica para o combate e o dispêndio económico exigido. Todas estas limitações poderiam ter sido inibidoras do empreendimento aqueu não fosse a esperança (ἤλπιζον, 1.11.1) supri-las, na base de uma improvisação de soluções condicionada pelo próprio evoluir das hostilidades e contingências da campanha⁴.

Deste primeiro grande esforço de guerra junto a Tróia, paradigma incontornável da guerra do Peloponeso prestes a iniciar-se, pode tirar-se ilações igualmente modelares; por trás dos acontecimentos concretos, dois sentimentos se mostraram determinantes para a filosofia política e militar do episódio: o medo como condição fundamental para o recrutamento de uma força à altura do empreendimento, e a esperança, como resposta às dificuldades concretas que a poderiam ter condicionado. Foi de uma feliz combinação de ambos que resultou a primeira grande façanha colectiva da Hélade: a conquista de Tróia.

Mais do que complementar o relato das actividades que, no tempo de Tucídides, envolveram toda a Grécia, esta “arqueologia” é um verdadeiro frontão da narrativa que se inicia⁵. É exactamente a

³ Ao mesmo tempo, Tucídides assume-se também como uma voz crítica da tradição homérica, ao reduzir às suas verdadeiras proporções um conflito que a épica tendia a engrandecer (Hunter 1982: 18).

⁴ Esta perspectiva tornou-se um tópico na descrição em Tucídides de outras campanhas além-mar. Outro exemplo paradigmático é a expedição contra a Sicília; as dificuldades logísticas foram, também neste caso, supridas pela esperança ateniense de obter no terreno abastecimento e recursos (6.1 sqq.).

⁵ Esta é também a opinião, entre outros, de A. Parry (1972: 51), que vê nestes capítulos (1.1-19) um espaço para afirmação das bases de uma teoria

propósito da campanha troiana que o autor da *História da Guerra do Peloponeso* estabelece, entre o passado e a realidade a que assiste, uma conexão evidente (1.10.3): “Há que reconhecer que esta expedição foi mais importante do que as que a precederam, mas inferior àquelas a que assistimos nos nossos dias”. Salvaguardadas as proporções, todas são, de facto, idênticas, desde logo porque medo e esperança voltaram a ser, num novo contexto, factores determinantes para outro conflito exemplar.

Depois das Guerras Pérsicas, que colocaram todas as cidades gregas numa posição de insegurança, expostas à incursão de um inimigo poderoso, como que se repetia, em ciclo histórico, a situação de vulnerabilidade que tinha arrancado a Hélade de um estádio bárbaro e a tinha colocado numa outra etapa da sua experiência colectiva. De novo o medo funcionou de factor centrípeto, responsável pela formação de um outro xadrez político: o que resultou da confluência das cidades mais fracas em volta das mais fortes, por receio de um invasor (1. 18. 2). Mas, estranhamente, este movimento de coesão veio a ter efeitos, talvez à partida inimagináveis, de fractura; um temor gerou outro temor, de alcance mais vasto, quando a aglutinação produziu desequilíbrios, desta vez internos (1.23.6): “Ao crescerem, os Atenienses causaram receio nos Lacedemónios e forçaram-nos a ir para a guerra” (cf. 1.88, 1.90.1). Esta foi, na opinião de Tucídides, a causa real do conflito; todas as demais razões que se invocaram não passaram de mero pretexto.

Tal como acontecera à altura do recrutamento levado a cabo por Agamémnon, o alinhamento das cidades em torno de uma das duas ligas no momento obedeceu ao medo. Também no período clássico da história grega, o poder marítimo voltou a mostrar-se determinante. Foi precisamente essa vantagem que colocou Corinto, ainda numa fase preliminar do conflito, numa situação de evidência. Filiada na liga do Peloponeso, a cidade do Istmo projectou, com a anexação da armada de Corcira, constituir-se como um concorrente ameaçador para a vantagem de Atenas (1.33, 1.44); a própria posição geográfica, a meio caminho entre as duas potências, lhe servia de incentivo. Por seu lado dominada pelo temor face a uma possível situação de inferioridade em relação a Corinto, Corcira, “que não tinha ainda

da história e para a definição de um assunto central na narrativa, a guerra do Peloponeso.

formalizado qualquer acordo nem com a liga dos Lacedemónios, nem com a dos Atenienses, decidiu abordar estes últimos, fazer com eles uma aliança e tentar obter junto deles apoio” (1.31.2).

Diversos receios dominaram as diligências diplomáticas que precederam o desencadear da guerra. Tucídides passa a recorrer aos discursos, como forma de introduzir no relato dos factos um elemento racional e subjectivo, e de assinalar os motivos básicos que puseram em marcha os acontecimentos. Num primeiro debate, que discute e clarifica as condições que levaram à mobilização para a guerra, sob um aspecto casuístico – o de um conflito aparentemente circunscrito a Corcira e Corinto, mas que era já um pré-embate entre os verdadeiros contendores, Atenas e Esparta – faz-se avultar as motivações verdadeiramente determinantes da confrontação iminente. Na argumentação usada perante os Atenienses pelas duas partes em litígio, ambas fazem do medo a sua arma diplomática. Tucídides não se limita agora, como antes a propósito da campanha aqueia, a aludir ao receio como condicionante central; desmonta-o e interpreta-o nas suas potencialidades e efeitos. De acordo com a perspectiva do próprio historiador, os Corcirenses dão a guerra por inevitável, e, como sua causa fundamental, insistem no medo que Esparta foi alimentando perante o crescimento concorrencial de Atenas (1.33.3). Este sentimento de *phobos* que afectou os Lacedemónios é mais intuitivo do que racionalizado; talvez por isso os sucessivos debates em que os pressupostos da guerra são discutidos venham contribuir para a sua clarificação e conduzam à busca de uma resposta adequada, que só pode ser o envolvimento na guerra. Este é, portanto, no debate que ocorre em Atenas, um ponto de princípio, cuja visibilidade os opositores desta solução se esforçam por anular (1.42.2); na retórica que desenvolvem, os representantes de Corinto lêem o medo, não como um elemento pro-activo, que pode desencadear iniciativas de consequências temíveis, mas como uma ferramenta de persuasão; é só para assustar Atenas de modo a conseguir a sua adesão – argumentam os Coríntios – que Corcira fala dos receios alimentados por Esparta. Detentores de uma consciência clara de como o medo, nas relações políticas, se pode tornar num artifício estratégico, a diplomacia de que este debate é modelo passou a especular sobre as potencialidades do controverso sentimento. A proposta de Corcira vai no sentido de como pode Atenas rentabilizar o temor inimigo em seu favor. Se ela mesma unir

o receio de iniciar um rompimento de hostilidades ao reforço que uma boa negociação de alianças lhe pode garantir, pode instigar o receio do inimigo e produzir um ambiente de mútua observação, de guerra fria, desanimador de um confronto aberto; nesta perspectiva, um equilíbrio de forças é também um equilíbrio de medos. Pelo contrário, uma autoconfiança excessiva, que crie isolamento, terá o condão de reduzir o temor inimigo e será estimulante ao desfecho indesejável, o romper das hostilidades (δεδιός, 1.36.1). Mais do que uma condicionante intuitiva, o medo, e sobretudo a consciência dele, assumem a importância de um argumento decisivo ou de uma arma manipulável de supremacia política.

A seguir a este episódio preambular, outro caso, o da revolta de Potídeia, reforçou a iminência do que parecia inevitável, o rompimento alargado de hostilidades. Dentro da narrativa de Tucídides, foi também incentivador de um novo debate, complementar do que acabámos de referir. Foi desta vez Esparta o cenário escolhido para avaliar esse receio, sempre repetidamente vinculado à atitude espartana. Depois de falharem na tentativa de obter, da parte de Atenas, a neutralidade no diferendo com Corcira, os Coríntios dirigem-se ao outro lado, num crescendo de desespero; nestes anos preambulares do desencadear da guerra, Corinto tinha visto aniquilados os seus interesses em Epidamno e Corcira, e estava prestes a sofrer mais um revés em Potídeia. Aos Coríntios compete, em conformidade, o diagnóstico da situação. Fica agora mais evidente a amplitude “nacional” do receio de Esparta, não um sentimento exclusivo, mas partilhado por muitos dos seus aliados que, no seu poder, depositaram a maior das esperanças, a da salvação (1.69.5). Sem dúvida que, neste esforço diplomático de Corinto, se impunha um receio, o da conhecida inércia lacedemónia, e do seu projecto ou esperança limitada, a do domínio da Grécia continental⁶. Na

⁶ É aliás compreensível esta concentração dos esforços espartanos no seu próprio terreno, onde a pressão da revolta social dos Hilotas era imensa. Crane (1992: 231) salienta como esta atitude radicava no padrão rural que era ainda, em boa parte, o da Lacónia; da mentalidade deste tipo de população não se podia esperar largueza de horizontes ou outras preocupações para além das do seu quotidiano imediato. Este é o perfil do adversário que também Péricles traça em 1.141.3.5. O estadista ateniense, do lado oposto da barricada, apenas repete aquilo que os Coríntios, membros da liga do Peloponeso, tinham igualmente afirmado e que era também uma leitura tradicional da atitude lacónica; depois de obterem a adesão dos Espartanos para um rompimento das hostilidades, os

expressão interessante de G. Crane (1992: 227), a atitude lacedemónia obedece a uma “ética de subsistência”; numa posição conservadora, rege-se pela fraqueza e insegurança, que resultam na procura de uma prosperidade limitada, na preferência pela inacção sobre o risco, e na ênfase do imediato sobre um projecto de futuro; esta é uma perspectiva que se revela demasiado apertada para o processo que se adivinha. O que os representantes de Corinto pretendem, no debate, é estimular o medo latente, consciencializar os Lacedemónios das suas causas profundas, para da imobilidade os fazer passar à acção. Numa palavra, o seu objectivo reside na utilização hábil do medo que pode condicionar o rumo dos acontecimentos.

Dentro de uma perspectiva partilhada por aqueles que no debate têm representação, Atenas significa fonte de receio, Esparta esperança de liberdade. Num aprofundar destes sentimentos que comandam, neste momento, os destinos de todos, a discussão vai focar-se, agora com pormenor, na identidade dos que são o rosto da contenda. Quem são de facto os Atenienses e os Lacedemónios, que psicologia os caracteriza, que comportamento prometem, eis o que pode condicionar os meios a usar e os resultados a obter. Mais uma vez, como antes em Tróia, a imprevisibilidade do projecto, a sua proporção e os meios a accionar se podem aferir por uma capacidade de resposta, esperável da atitude previsível de cada um dos lados. À partida é evidente que não é apenas militar o confronto que se avizinha; está em jogo a natureza de cada um dos opositores, a sua cultura e estratégia, claramente diversas⁷.

Um epíteto adere, com propriedade, aos Atenienses, εὐέλπιδες, “optimistas”, capazes de colocar a esperança como seu lema central, por instinto mais sensíveis à visão positiva de um projecto do que à sua avaliação (1.70.3): “São audaciosos sem contabilizar forças, aceitam o risco sem se deter em reflexões, são optimistas nas situações graves”. No seu comportamento, “esperança” corresponde a “realização”, tal a rapidez com que passam da palavra ou do pensamento à acção (1.70.7). De acordo com Crane (1992: 241), a sua perspectiva de desenvolvimento pode designar-se por “capitalista”;

representantes coríntios focam-se nos seus aliados, gente arredada das vias de comunicação, tradicionalista e sem horizontes (1. 120. 1-3).

⁷ Crane (1992: 228-229) discute o que pode haver de exagero nesta caracterização dicotómica de Atenas e de Esparta e salienta-lhe o carácter programático em relação ao desenvolvimento da *História*.

são, segundo Tucídides, campeões do risco e da oportunidade; ἔλπις, τόλμα e κίνδυνος são um campo semântico que muito bem se lhes aplica. Além do retrato que deles traçam os Coríntios, os próprios delegados atenienses em Esparta (1.74.3) reconhecem que é na ousadia que assenta o sucesso e prestígio de que são credores. E adiante Péricles acentua, no que se refere a ἔλπις, o carácter excepcional dos Atenienses, que incorrem em grandes riscos mesmo que a esperança de benefícios pareça pequena (κινδύνῳ ... ἐλπίδος, 1. 143. 2), ou mesmo comprometem a esperança de sucesso com um desprezo excessivo pelo perigo (1.144.1, 2.42.2-3).

À audácia ateniense, os Espartanos respondem com a suspeita; quando prevenidos sobre a ameaça concreta que os adversários representam, perdem-se em reflexões, temem ocultas intenções de quem os avisa e sobretudo mantêm-se reticentes em passar à acção (1.68.2-1.69.2, 70.4, 71.1, 84.1). O medo é, no seu caso, sempre bloqueador e, em vez de profiláctico, causa de agravamento das dificuldades. Sobre eles é lançada uma acusação enérgica (1.69.4): “Entre todos os Gregos, Lacedemónios, sois únicos. Só mesmo vós para ficarem inactivos e oporem aos ataques, em vez de força, meras intenções. Só mesmo vocês para pretenderem barrar o desenvolvimento dos vossos inimigos, não de raiz, mas quando já duplicou”. O leitor fica alertado para a subjectividade de um episódio prestes a desenrolar-se a seus olhos, onde, em última análise, a audácia baseada no optimismo se defronta com a hesitação ditada pelo receio. São essas, mais do que quaisquer outras condições, as que controlam o rumo dos acontecimentos, que prometem alongar-se e atingir enormes proporções (1.1).

Pela proximidade e dimensão, um outro conflito – o das guerras Pérsicas – é invocado como termo de aferição, não de um ponto de vista concreto ou mensurável, mas do efeito da psicologia dos litigantes, já então os mesmos de agora, Atenienses e Espartanos, submetidos anos atrás a uma prova semelhante, enfrentar o invasor persa. Na argumentação coríntia, estão em causa os pressupostos do crescimento antes demonstrados na Arqueologia e que continuam válidos na situação actual: a evolução do poder naval e a prosperidade e vantagem que ele traz.

Dentro de uma coerência em que assenta a visão histórica de Tucídides, a experiência das guerras pérsicas foi simplesmente uma etapa de teste, que pode servir de modelo ao conflito agora imi-

nente. Face ao invasor, os Lacedemónios foram levados a agir não por determinação, mas por medo, por um receio calculado do que lhes pudesse vir a acontecer (ἐδέϊσατε, 1.74.3-4). De seu natural uma sociedade fechada sobre si mesma, Esparta avaliou as circunstâncias com uma visão curta e egocêntrica. Em contrapartida os Atenienses ousaram, movidos por uma esperança ainda que pequena (βραχεία ἐλπίδι, 1.74.3-4), mas suficiente para conseguir a salvação própria e a colectiva. Atenas, como bem assinala Crane (1972: 252), tirava do mesmo conflito, além de resultados imediatos, lições de futuro. Ao mostrarem-se capazes de abandonar o solo, terras e casas, num momento de crise, para mais tarde as recuperarem, inspiraram a Péricles a sua filosofia de guerra: com a constituição do seu império, podiam viver não apenas do seu próprio território, mas de proventos que lhes vinham de fora. Ao contrário de Esparta, garantiam a sobrevivência, mesmo se os limites do seu território corressem risco; um facto que Arquidamo não deixa de assinalar no seu discurso (1.81.1-6).

Conseguida a vitória da liberdade, por uma espécie de cooperação desequilibrada entre medo e esperança, o mundo grego entrou numa outra fase, a que conduziu à constituição do império ateniense. Juntamente com a liga de Delos, este império foi a confederação mais complexa que a Hélade conheceu até então, formada em resultado de impulsos sobretudo emocionais, o medo, a honra e o interesse. Herdeira de um império ganho à custa de grandes sacrifícios das gerações anteriores, a Atenas de Péricles confrontou-se com uma difícil alternativa: ou agir, à procura de manter o ascendente e evitar a desonra, ou sucumbir e ver-se aniquilada. É esse o argumento que inevitavelmente a empurra para a guerra. Surpreendentemente, a hegemonia que se foi impondo teve a legitimidade de não recorrer à violência, tudo não passou de um jogo mútuo, guiado por desconfianças e temores. Como o tempo antigo tinha já podido demonstrar, a sujeição do mais fraco ao poder do mais forte foi ditada pelo medo (1.75.2-3). Desprotegidas, as cidades gregas foram, de *motu proprio*, procurando a protecção de Atenas. Mas agora que o foco das hostilidades se transferia de um terreno exterior para outro interno, mais fechado, a cidade que se assumia como cabeça de um império reunia, a par das suas qualidades conhecidas – a honra e o interesse de se impor como campeã de uma pátria ameaçada –, o medo também; um medo político, medido, concorrencial, que a

levava a controlar os aliados, na certeza de que qualquer dissidência engrossaria a força inimiga. O temor atingia um outro nível: não o da relação entre forte e fraco, mas o que podia garantir um equilíbrio *inter pares* (δέους, 1.75.3, 1.76.2); e, há que confessá-lo, o conforto que lhe dava a consciência do temor que impunha parecia à primeira vista a melhor garantia da sua vantagem (1.77.6). Como reconhece (Romilly 1956: 124-125): de uma ou de outra forma, no mundo das relações políticas percebido por Tucídides, “o poder nunca deixa de ser estimulador do poder”, dentro de um equilíbrio precário e desproporcionado de forças; se simplesmente beliscado ou alterado por um pouco mais de confiança, ei-lo que resulta, de um lado, em revolta, do outro em hostilidades preventivas.

Tucídides confronta, com o debate aberto onde Coríntios e Atenienses tinham intervindo, a ponderação fechada que os Espartanos, depois de os ouvirem, promovem entre si. É a ocasião de dar voz ao sentimento que os anima e à forma como ele os condiciona. Não basta colher a opinião geral em que são tidos, pelas cidades parceiras ou inimigas; importa aprofundar, num processo de auto-avaliação, as suas disposições (1.79.1). Neste debate interno, consumado em dicotomia, é Arquidamo quem se identifica com o espírito lacedemónio tradicional; não só os seus conterrâneos o aplaudem, como “perspicaz e prudente” dentro de um certo critério, como os seus argumentos o confirmam. A bandeira de Arquidamo é a hesitação, identificada com prudência. A reflexão sobre os meios próprios, por oposição aos alheios, é adversa a uma iniciativa ousada. A esperança (1.81.6), ou seja, o optimismo que justifica as grandes acções, não cabe numa avaliação enleada no temor das vantagens adversárias. Dando legitimidade à visão expressa pelos Coríntios, Arquidamo consolida o efeito subjectivo que, nas grandes tensões políticas, cada uma das atitudes em confronto tem no desfecho final; é certo, na sua opinião, que uma Atenas εὐελπις não se deixará intimidar pela ameaça de uma guerra; por isso, as hostilidades que se adivinham serão fatalmente duras, imprevisíveis e prolongadas. Para compatibilizar os receios, que defende como legítimos, com a dignidade que assiste à Lacedemónia, Arquidamo estabelece uma avaliação relativa dos conceitos de medo / prudência e medo / covardia (1.83-84). Tal como Atenas argumentara com o passado próximo – a vitória nas guerras pérsicas –, Esparta advoga também com um passado, mais difuso, mas associado ao prestígio da cidade, livre e

respeitada. Como foi construída essa *arete* senão com o que pode ser denunciado como “hesitação ou medo”? Um medo que não é ofensivo do valor, mas pelo contrário preventivo de imprudências e da desonra que acarretam. Sem trazer qualquer novidade ao pressuposto fundamental, o discurso de Arquidamo aprofunda, com um depoimento autónomo, o perfil espartano. A verdade é que, embora contrariado por Estenelaides, que defende uma intervenção pronta, há que reconhecer que na decisão final dos Espartanos – a de avançar para a guerra – prevaleceu, mais do que os argumentos aduzidos, aquele mesmo medo do poder ateniense e da possibilidade de o ver ainda aumentar (1.88, 1.118.2). A narrativa que Tucídides acrescenta da Pentacontaetia é mais uma comprovação dos motivos que justificaram um crescendo nesse sentimento determinante da decisão espartana. Tendo feito cada uma o seu trajecto político, as duas potências encaminhavam-se fatalmente para um recontro, a que factores de ordem psicológica trouxeram uma motivação decisiva.

Na sua análise, sensível e aguda, Tucídides associa o medo com a instabilidade das comunidades primitivas, sem deixar de reconhecer nele um incentivo ao crescimento e ao progresso. Para perceber, em contrapartida, que as sociedades organizadas, que conseguiram em certa medida expulsar o medo do seu quotidiano, continuam, apesar disso, susceptíveis ao seu efeito; porque o receio com que olham o desenvolvimento de outras cidades em sua volta e lhes procuram adivinhar as intenções não só fomenta o distúrbio social, como impulsiona os grandes conflitos da História. Da maior guerra que a Grécia alguma vez experimentara, Tucídides terá de constatar, com pesar e surpresa certamente, como é que uma certa mediocridade penumbrosa e provinciana acabou levando a melhor sobre um adversário dinâmico e progressista. O sentido dessa constatação corresponde à leitura global e cíclica que Desmond (2006: 360) apura da narrativa de Tucídides: “A sua *História* é uma obra céptica e pessimista, que acima do poder e de uma ambição optimista defende a circunspeccção e um auto-cepticismo como a melhor protecção contra uma realidade perigosa e insuficientemente percebida. O medo do fracasso é um princípio de prudência”.